

RELATÓRIO E CONTAS
PRÓ-GARANTE
2021

Conteúdo

I. Órgãos Sociais	3
II. Relatório do Conselho de Administração	4
1. Evolução das Atividades, Desempenho e Situação Financeira.....	6
2.1. Evolução das Atividades e Desempenho	7
c) Risco Operacional (Tecnológico e Legal)	20
d) Risco de liquidez.....	21
2.2. Análise Económica e Financeira.....	23
2.3. Aprendizagem/Oportunidades de Melhoria, Principais Desafios e Projeções Futuras.....	25
III. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	27
IV. Honorários do Auditor Externo.....	27
V. Descrição das operações com partes relacionadas.....	27
VI. Proposta Aplicação de Resultados	27
VII. Demonstrações Financeiras	28
VIII. RELATORIO DE AUDITOR EXTERNO	50

I. Órgãos Sociais

A PRÓ-GARANTE, Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, SA, foi constituída juridicamente a 15 de junho de 2018 por Decreto-lei nº 32/2018, iniciou a sua atividade com a nomeação definitiva dos órgãos de Gestão da Pró Garante, junto do BCV em 20/06/2019, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 13.º do Estatuto de Gestor Público aprovado pelo Decreto-lei n.º 06/2010, de 22 de março, conjugados com as disposições da alínea b) n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da Pro-Garante.

Constituem os Órgãos Sociais da Pró-Garante:

- **Mesa da Assembleia Geral:**

- Presidente: Patrick Barreto Lopes

- Secretário: Júlio Fortes

- Fiscal Único:**

- Fiscal Único: Abílio Rogério Rocha

- Suplente: Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes

- **Conselho de Administração:**

- Presidente: Pedro Mendes Barros

- Administrador Executivo: Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

- Administradora Não Executivo: Antónia Maria Resende Cardoso

- Administradora Suplente: Lúgia Piedade Pinto

II. Relatório do Conselho de Administração

1. Resume Executivo

A PRÓ - GARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, S.A, concluiu em 2021 o seu terceiro ano consecutivo de atividade, sendo o primeiro ano dedicado à conceção e implementação do seu modelo, sistemas, processos e meios, o segundo e terceiro anos, afetados pela pandemia da Covid-19, que marcou profundamente a sociedade e a atividade económica, tanto em Cabo Verde como no resto do mundo.

Neste contexto, a Pró-Garante, ao longo do ano 2021, continuou a desempenhar a sua atividade com base nas políticas públicas definidas, contribuindo para mitigação dos efeitos da queda repentina da atividade económica iniciada finais de 2019, através da prestação de garantias financeiras no âmbito das Linhas de Crédito específicas, de apoio à normalização da atividade empresarial e à tesouraria das empresas, recentemente mais focada nas empresas de menor dimensão, ou seja, nas microempresas.

De facto, no âmbito das linhas COVID-19, em 2021 a Pro-Garante prestou garantias a 820 microempresas, correspondente a 45% do total das empresas garantidas, desde a sua criação, garantias estas prestadas no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Microempresas (FME), que constituíram um valioso instrumento de acesso ao crédito para essas empresas, numa fase particularmente sensível para a economia nacional.

Relativamente ao acesso ao crédito, convém ressaltar que a primeira análise, evidencia que aproximadamente 70% das microempresas atendidas pelo programa FME, abriram, pela primeira vez, uma conta no banco, um bom incremento adicional para programa.

Por fim, o modelo concebido para o programa de FME suscitou também o interesse das Nações Unidas, que constituiu um fundo de contragarantia de 300 mil dólares americanos para realizar um programa similar, focado essencialmente em jovens e mulheres, ou seja, inovações como estas, realizadas coordenadamente por duas instituições da casa do empreendedor, permitiu mobilizar fundos de contragarantias diferente do Estado.

Os resultados positivos alcançados em 2021 derivam sobretudo do fato de a Pró-Garante ter atingido plenamente todos os seus objetivos, ultrapassando todas as metas estabelecidas no plano de negócio.

Neste sentido, ressalta-se que, pelo terceiro ano consecutivo, a Pró-Garante regista lucro, o que significa que, durante as fases de conceção, implementação e arranque das atividades, não provocou quaisquer custos para o Estado de Cabo Verde.

Os resultados, também evidenciam o impacto da atividade da Pró-Garante para a economia do País. Com efeito, quando se observam os indicadores de desempenho, montante dos créditos garantidos sobre o PIB, e número de empresas garantidas sobre total de empresas, indicadores utilizados na indústria das garantias, é possível assinalar que são equiparados aos melhores sistemas de garantia do mundo.

Os resultados obtidos mostram ainda que a Pró-Garante encontra-se plenamente operacional, a trabalhar em parceria com todos os bancos comerciais da praça e uma das seguradoras do país, e tem emitido garantias para todos os setores de atividades, em todas as ilhas do país, variáveis que o Conselho de Administração considera essenciais para a sustentabilidade de uma sociedade de garantias a longo prazo.

Relativamente aos aspetos operacionais, a Pró-Garante tem identificado e implementado as ações de melhoria, especificamente atualizando e aprimorando os seus procedimentos administrativos financeiros e de controlo interno, recomendados pelos relatórios da auditoria externa e do fiscal único, bem como os da equipa técnica do Banco Mundial, realizadas no decorrer da missão a meio percurso.

Nesse sentido, o desenvolvimento do projeto de automatização de todos os processos (incluindo os processos de gestão de risco), previsto para o ano 2022, deverá constituir a chave para a concretização das oportunidades de melhoria identificadas anteriormente.

No que toca aos aspetos operacionais, a Pró-Garante pretende promover a melhoria da produtividade, ou eficiência, reconhecendo que, nesse âmbito ainda há espaço para se avançar, em termos de tecnologia.

Em relação aos desafios futuros, a Pró-Garante identifica:

- A participação da Instituição no programa de retoma proposto pelo Ministério das Finanças;
- A implementação do modelo individual, para atender às médias e grandes empresas;
- Elaboração de um novo plano estratégico, aquando da finalização do atual projeto de criação da Pró-Garante, com financiamento do banco Mundial, que terá o seu término em janeiro de 2023.
- Estruturação de um sistema de transferência de riscos, diferente do atual, de contragarantias do Estado, para manter o crescimento das colocações com um elevado grau de solvência. Importa considerar a possibilidade de aprofundar a experiência das Nações Unidas com o programa “Lavanta”.

Quanto as projeções, o ano 2022, continuará a ser um ano de incertezas, para a Pró-Garante, face ao imprevisível comportamento dos créditos garantidos após a finalização das moratórias¹, e os efeitos da guerra de Ucrânia, que começam a gerar os primeiros indícios com o aumento generalizado dos preços no mundo, e coerentemente, de forma específica, em Cabo Verde.

A gestão do acompanhamento e estruturação dos modelos de transferência de riscos (modelos de contragarantias), nesse sentido, será determinante, aliada à continuidade da política de prudência da Pró-Garante, alavancagem e liquidez.

Contudo, prevê-se que a Pró-Garante continue a evoluir em todos os domínios da sua gestão.

1. Evolução das Atividades, Desempenho e Situação Financeira

No âmbito de cumprimento dos preceitos legais e estatutários, o Conselho de Administração da Pro-Garante, apresenta o Relatório e Contas referente ao ano de 2021, que evidencia o desenvolvimento das suas atividades, seu desempenho e a sua situação financeira.

¹ Os créditos relacionados com o setor turismo e conexos vão continuar com a moratória até final 2022.

De igual modo pretende evidenciar as aprendizagens geradas, as oportunidades de melhoria assumidas, bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

Para finalizar, o relatório faz referência a questões ambientais e sociais, e as questões relativas ao quadro de pessoal da sociedade.

Assim, esta seção está estruturada em três subseções, sendo a primeira relativa à análise da atividade e desempenho, a segunda à análise financeira e a terceira às aprendizagens/oportunidades de melhoria, os principais desafios e as projeções futuras.

Entre as subseções, acima mencionados, desenvolvem-se, entre outros, os seguintes tópicos:

- Evolução do mercado;
- Objetivos e políticas da Pró-Garante, no âmbito da gestão riscos;
- Principais atividades do ano 2021, resultados e impactos;
- Análise Económica e Financeira da Sociedade;
- Questões relativas ao Staff da Sociedade;
- Gestão ambiental e social;
- Evolução previsível da sociedade.

2.1. Evolução das Atividades e Desempenho

Contexto²

Entre 2016 e 2019, período que precede a pandemia da COVID-19, Cabo Verde apresentava um crescimento económico médio de 4,7%, liderado pelo setor do turismo, suportado por condições económicas robustas na Europa e um crescimento dos serviços.

Um dos principais efeitos do crescimento terá sido o declínio da pobreza, de 24,5%, em 2015, para 11,5% em 2019.

Com a crise sanitária COVID 19, registou-se uma grande queda da economia mundial, e cabo-verdiana durante o ano 2020, face à paralisação do setor turístico, que levou a redução

² Fonte: Notas e documentos do BCV e Banco Mundial

do PIB, no País, em 14,8% em 2020, a maior redução registada, considerada uma das maiores de África.

Considerando que o país depende essencialmente do turismo, sector que representa aproximadamente 25% do PIB, e movimenta quase 40% de toda a atividade económica, e tendo em conta que esse setor sofreu uma redução de 71%, consequentemente a crise sanitária vem reverter o progresso alcançado em 2015, da redução da pobreza.

Outra consequência terá sido o aumento da dívida global, de 1,8% em 2019 para 8,9% em 2020, alavancada principalmente pelo impacto da crise na receita fiscal.

No ano 2021, verificaram-se alguns indícios favoráveis, que prevê que o ano 2022 será o ano da retoma.

Com efeito, em dezembro de 2021, cumprido o plano de vacinação com 80% da população vacinada, a Pandemia parecia estar mais controlada, e os sinais de perigo reduzidos comparativamente ao observado ao longo do ano 2020. Consequentemente, as atividades turísticas começaram a registar maior fluxo e a economia registou evolução positiva do PIB, não obstante alguma pressão inflacionária, resultante das consequências da cadeia de distribuição do lado da oferta e das políticas expansivas do lado da procura.

No entanto, o surgimento da guerra na Ucrânia poderá de novo afetar negativamente a nossa economia, concretamente levar a uma estagflação (aumento generalizado dos preços), com consequências significativas para Cabo Verde, com a sua capacidade financeira reduzida devido ao imenso esforço fiscal realizado no período 2020-2021.

Por conseguinte, novamente, a Pró-Garante poderá viver um ano de incertezas, e incorrer em resultados financeiros menores, decorrentes de maiores custos por risco, porque a sua gestão de custos operacionais está a ser efetiva e, a manutenção do seu “*pricing*” pelas garantias emitidas que irá continuar em 0,5% visando taxas finais mais baixas às empresas nos créditos.

Atividades e Desempenho

Toda a gestão desenvolvida pela Pró-Garante deverá de ser entendida no quadro descrito na seção anterior. Assim, a Pró-Garante continua focada e alinhada com as estratégias

governamentais de apoio às empresas, a fim de mitigar os impactos da crise no mercado de trabalho, e fazer face às exigências do mercado e da sociedade civil, desta feita com maior ênfase nas empresas de menor dimensão.

Especificamente, o plano de negócio de 2021 manteve como uma das diretrizes, a linha de apoio COVID-19, com ênfase nas microempresas e, portanto, conceber um programa de apoio específico para os micro empreendedores.

De igual modo a Pró-Garante comprometeu-se em 2021 a prosseguir a consolidação do seu modelo de negócio, testando os modelos, os sistemas e processos, com vista a gerar aprendizagens, e essencialmente, gerar conhecimento dos riscos reais com base no comportamento da carteira garantida. De igual modo, comprometeu-se a avançar na consolidação do seu órgão de gestão e do seu staff.

Por conseguinte, a Pro-Garante prossegue o objetivo estratégico proposto em 2019, de manutenção de empregos³, mediante apoio financeiro às empresas, que implica a redefinição de o seu apetite por risco, criação de modelos de contragarantias para prevenir eventuais riscos mais significativos, e, coerentemente a alavancagem menor face à definida na política⁴, para manter elevados padrões de liquidez, entre outros.

Portanto, a maioria das atividades da Pró-Garante em 2021 foi orientada para o desenho e implementação de novos produtos, para os processos, com vista a assegurar fluxos financeiros para as microempresas, para manutenção dos produtos da linha COVID-19 e para as atividades inerentes à sistematização dos modelos, sistemas e processos para gerar as lições e aprendizagens necessárias para realização e ajustes correspondentes em todos os níveis.

Foi, entretanto, novamente adiada, e transitada para o plano 2022, a integração da Pró-Garante nas redes internacionais de sistemas de contragarantias, estabelecidas no plano 2021.

A atividade da Pró-Garante, de 2021, revelou-se satisfatória por ter conseguido mobilizar aproximadamente 2.500 milhões de CVE, em créditos para empresas, o que permitiu atingir

³ No ano 2020 o Governo de Cabo Verde e o Banco Mundial assinaram uma alteração dos contratos para definir os novos alvos estratégicos

⁴ Então menor que 5

uma carteira, ou saldo vivo, de 2.939.631.81,5 e aproximadamente 5.500 milhões em créditos mobilizados de junho de 2020 até o final do ano 2021.

Face ao um resultado final positivo, pelo terceiro ano consecutivo, a Pró-Garante assegura ter atingido todos os objetivos de conceção de modelos, sistemas, processos e procedimentos, que impulsionaram o arranque efetivo das atividades da Empresa, o que traduz-se em enormes benefícios para o Estado de Cabo Verde.

O mapa seguinte, evidencia um conjunto de indicadores que medem o desempenho da Pró-Garante no ano 2021:

Quadro de Gestão			
Estratégicos		dez-20	dez-21
Escopo	Saldo Vivo Crédito Garantido/ PIB	1,25%	1,70%
	Número de Empresas Garantidas / Total de Empresas	4,97%	13,51%
	Número de Empregos de Empresas Garantidas / Total de Empregos	5,85%	8,26%
Sustentabilidade Financeira	Receitas Operacionais / Custo Operacionais	0,80	1,40
ROE	Lucro final após de Impostos / Capital	1,60%	2,86%
Alavancagem	Saldo Vivo Garantias Concedidas / Capital	2,14	2,81
Táticos		dez-20	Mês Atual
Eficiência	Custo Total/Número de Empresas Atendidas	65 881	49 317
	Custo total/ montante de garantias concedidas	1,65%	3,30%
	Custo total/montante de créditos mobilizados	1,07%	1,97%
	Número de Empresas(vigentes)/ Total Pessoal	51,6	127,6
	Lucro final antes de impostos	18 949 451	38 261 426
	Custos por Risco / Saldo Vivo garantias Concedidas	0,08%	0,31%
Qualidade de Serviço		dez-20	Mês Atual
Reclamações	Número de Reclamações das Empresas	0	0
Relatorios	Número reclamações por não conformidade nas datas do envio de relatórios aos Staholders	0	3

Os indicadores de desempenho confirmam que a Pró-Garante constitui um instrumento financeiro importante para enfrentar a crise económica, de uma forma eficaz e eficiente e, também, que continua o seu caminho de consolidação no mercado financeiro, apesar de ser uma empresa nova, com apenas dois anos de atividades.

Importa ainda destacar que os indicadores estratégicos de desempenho da Pró-Garante são positivos, quer a nível nacional quer equiparado aos indicadores da maioria dos sistemas de garantia no mundo, especialmente com os indicadores dos sistemas europeus e americanos,

que funcionam há muitas décadas, como é possível constatar através da literatura especializada.

Relativamente aos indicadores estratégicos, importa destacar o elevado número de empresas que beneficiaram das garantias da Pró-Garante, a sustentabilidade financeira⁵ e, a conclusão de que todas evidenciam uma evolução satisfatória.

O indicador de eficiência, custo total vs montante de garantias concedidas, regista um aumento face ao ano de 2020, não obstante o indicador custo total vs montante de créditos garantido, enquanto o indicador custo total vs número de empresas atendidas, diminuiu em relação ao ano anterior. A evolução destes indicadores explica-se pelo foco da Pró-Garante no atendimento das microempresas, aumentou o número das empresas atendidas, embora tenha diminuído a média dos montantes garantidos.

A Pró-Garante considera que a eficiência é essencial e o seu alvo permanente, pelo que ao longo de 2022 será desenvolvido um projeto de automatização, que irá envolver todos os seus processos (incluindo os processos de gestão de riscos), melhorar os indicadores de eficiência e mitigar de melhor forma os seus riscos operacionais⁶.

O custo por riscos afeta apenas uma pequena parte do seu capital, por ter conseguido estruturar a maior parte da carteira, 87,7%, com contragarantias de estado e com o fundo líquido das Nações Unidas, fazendo com que a essa carteira tenha risco soberano e risco transferido para o fundo líquido (fundo líquido que não é nem será alavancado), que significa que a perda esperada – conforme Basileia - é muito baixa porque as recuperações são consideradas muito elevadas.

Contudo, o custo por risco, será objeto de uma análise apurada mais à frente, decorrente dos resultados da gestão de riscos da Pró-Garante.

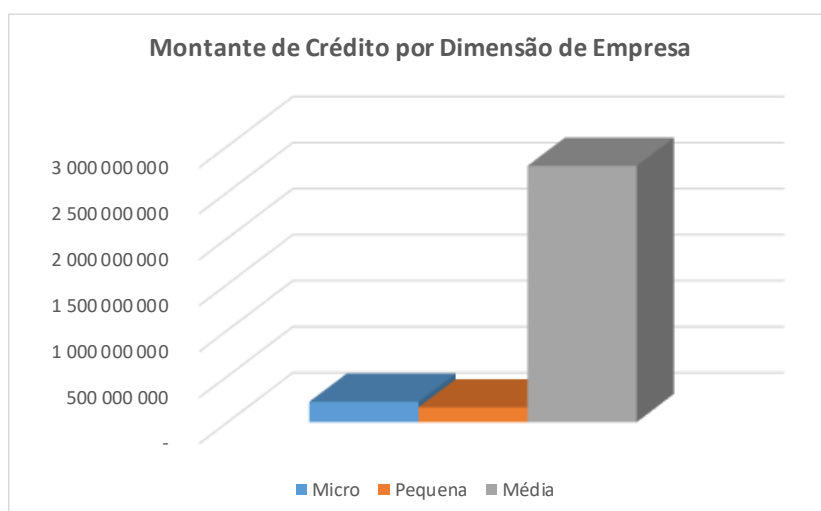
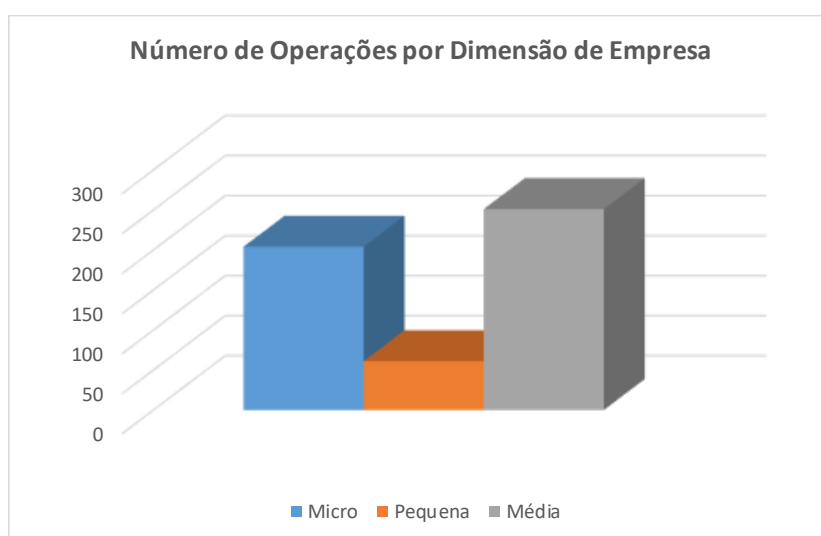
Em 2021 foram registadas três reclamações relacionadas com três “*stakeholders*”, correspondentes à não disponibilização de relatórios correspondentes, ou inexistência de

⁵ O cálculo deste indicador não considera os subsídios do projeto do Banco Mundial, mas considera-se os custos da assistência técnica associada ao projeto.

⁶ Durante o ano 2022 não foram registados quaisquer eventos que afetassem o padrão de resposta (72 horas uteis) ou a continuidade do negócio, não foram detetados fraudes ou outros eventos operacionais que tivessem impacto financeiro negativo, mas, a Pró-Garante está consciente que isso não pode colocar em causa o seu plano para elevar, de maneira continua, os padrões dos seus mitigadores para os riscos operacionais.

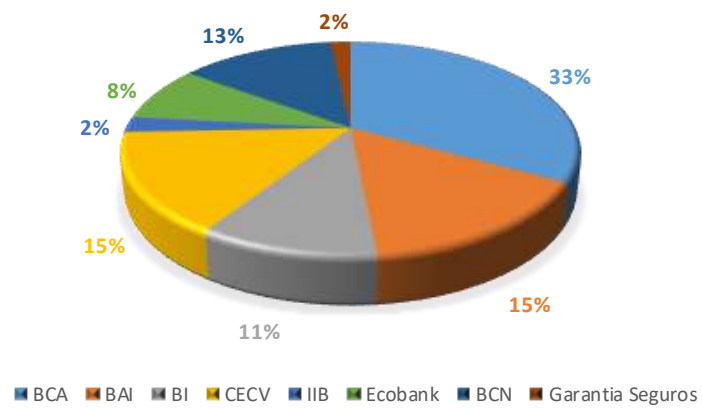
informação⁷. Analisados cada um dos eventos, a Pró-Garante reforçou os seus controlos de modo a poder eliminar completamente o número de reclamações no ano 2022. Com a implementação da Plataforma Digital em 2022, o risco será mitigado, uma vez que os relatórios passarão a ser gerados automaticamente para os diferentes “*stakholders*”, através do *site* da Pró-Garante.

Os mapas seguintes evidenciam os resultados obtidos pela atividade comercial da Pró-Garante, relativo às colocações por dimensão de empresas, setor de atividade, Ilhas e quotas por banco.

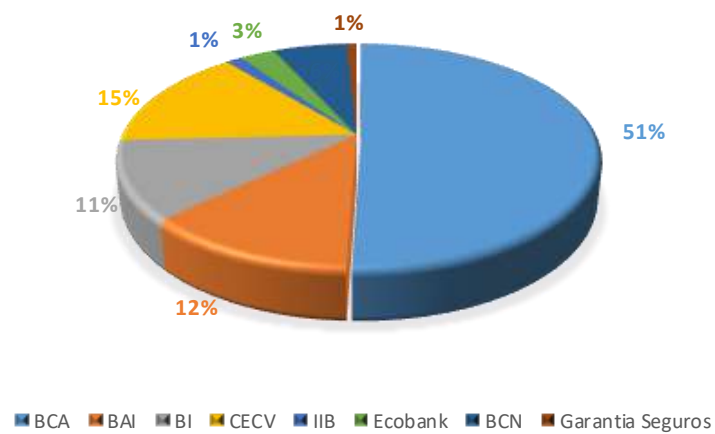


⁷ Duas queixas pelas datas de entrega e uma reclamação pela informação do relatório

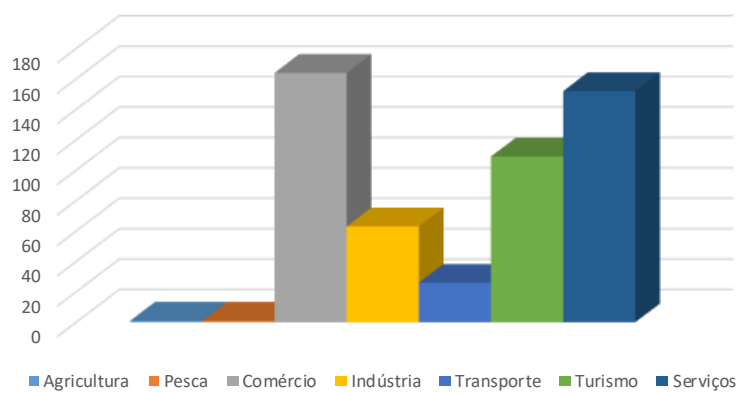
QUOTADE MERCADO POR MONTANTE DE CRÉDITO GARANTIDO

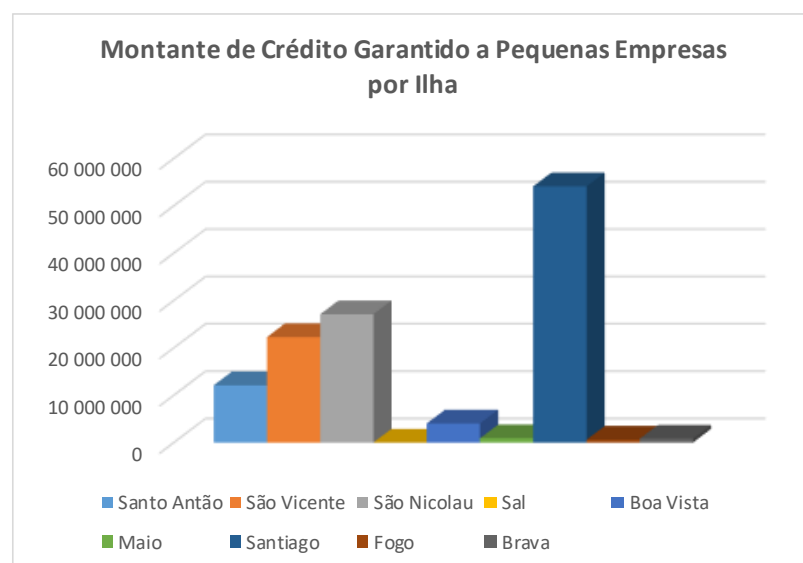
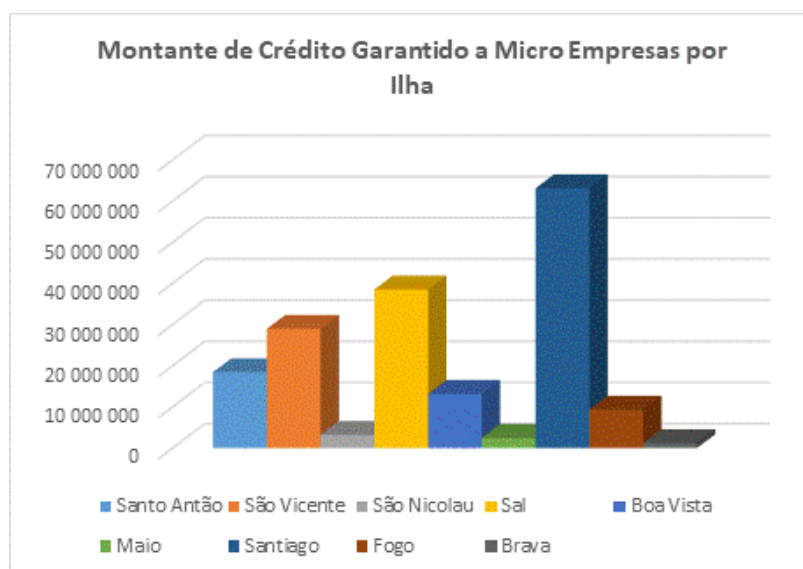
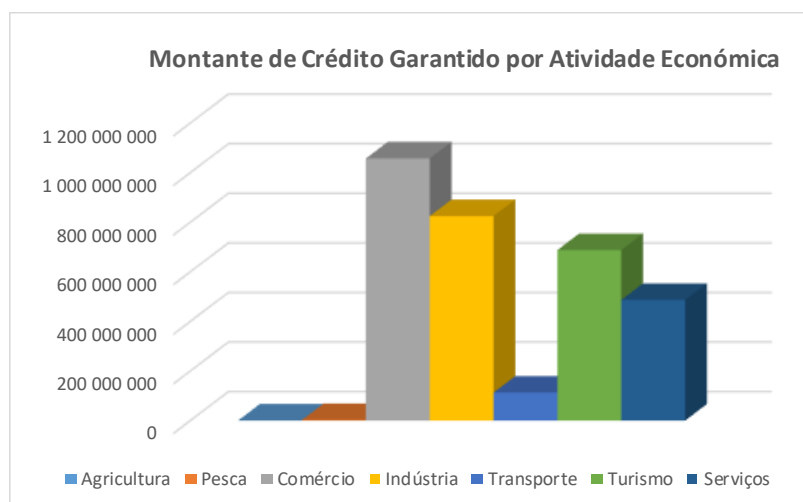


QUOTA DE MERCADO POR NÚMERO DE OPERAÇÕES



Número de Operações por Atividade Económica





Pelas estatísticas acima evidenciadas, foi possível confirmar que a Pró-Garante já é um instrumento importante para o ecossistema financeiro cabo-verdiano, com cobertura nacional, e que atende todos os setores de atividade económica, incluindo as “start-up”.

Por fim, em relação ao mercado do trabalho, é interessante sublinhar que a Pró-Garante conseguiu alcançar um universo de empregos⁸, ou seja, atingiu 8,3% do emprego do país.

Os resultados alcançados em 2021 reafirmam a consolidação no mercado, pela Pró-Garante, entre os diversos instrumentos disponibilizados pelo Governo de Cabo Verde, para fazer face a crise económica resultante da pandemia COVID-19, conseguindo atingir, de maneira satisfatória, o alvo pretendido em 2021.

Outra atividade importante desenvolvida foi a negociação com os bancos parceiros, ao abrigo do protocolo de Ecossistema de Financiamento à Economia, relativamente à transferência das operações a serem geridas pela Pró-Garante. Todos os bancos, assinaram os correspondentes protocolos de transferência conjuntamente com a Direção Geral do Tesouro e a Pró-Garante⁹.

É possível concluir que a Pró-Garante enraizou-se no sistema financeiro de Cabo Verde, assente nas suas declarações estratégicas (credibilidade, integridade, transparência, comprometimento, representatividade), cientes que a parceria tem sido o fator de sucesso na mobilização dos créditos para as micros, pequenas e médias empresas, de acordo com as mesmas.

Além do protocolo geral com todos os bancos da praça, para as linhas COVID-19, a Pró-Garante negociou protocolos bilaterais, com todos os demais bancos que em 2021 ainda não estavam envolvidos nesse modelo de negócios, nomeadamente com o Banco BCA, Ecobank e BI, com resultados positivos, assegurando outras modalidades de financiamento para as micros, pequenas e médias empresas.

Em resumo, o Conselho de Administração concluiu que os modelos, sistemas e processos implementados corresponderam adequadamente aos objetivos, sendo que, todas as metas definidas foram atingidas, e até ultrapassadas, e identificadas oportunidades de melhoria o

⁸ Para obter a meta de emprego, foram utilizados os dados da INE do ano 2020

⁹ A assinatura do Protocolo de Transferência com a CECV será realizada em 2022

que, mais uma vez, constitui um claro indício da afirmação da Pro-Garante, como um parceiro do ecossistema financeiro de Cabo Verde.

Risco

Pro-Garante entende a gestão dos riscos, como um conceito sistémico e um processo estratégico, que deve ser assumido e realizado por toda a empresa, no sentido de identificar, medir e estabelecer mitigadores, processos de monitorização, processos de controlo e processos de avaliação periódica dos riscos inerentes associados à atividade da empresa, a fim de verificar se os riscos reais estão alinhados com o apetite por risco definido pela empresa.

O Conselho de Administração, consciente de que, tratar-se de uma instituição financeira regulamentada, em que os seus produtos de garantia são considerados como mitigantes de risco, de acordo com Basileia, definiu um modelo abrangente de gestão de risco, de acordo com a dimensão e as características-chave do seu negócio e produtos, conforme os seus recursos disponíveis, baseado nos tipos de risco, geralmente definidos pelos padrões internacionais para os esquemas de garantia, nomeadamente:

a) Risco de Mercado

A Pró-Garante define como Risco de mercado, a perda potencial decorrente das alterações nos fatores de risco que afetam a avaliação das posições do ativo, passivo ou passivo contingente, tais como, taxas de juro, índice de preços, entre outros.

Para o caso dos ativos financeiros, a Pró-Garante definiu, como política, realizar investimentos apenas em renda fixa. Atualmente, a totalidade das aplicações encontra-se em depósitos a prazo e em obrigações do tesouro. Ou seja, o risco da Pró-Garante é praticamente risco soberano.

Por fim, os passivos contingentes, pelas coberturas sobre o capital dos créditos garantidos produto das suas garantias emitidas (COVID-19, FME, Ecossistema e Protocolos Bilaterais) são em escudos cabo-verdianos.

Assim, o parecer do Conselho de Administração da Pró-Garante, é que, o risco de mercado pode ser definido como baixo e de acordo as políticas definidas.

b) Risco de Garantias

A Pró-Garante define como risco de garantias, a possibilidade de perda resultante do incumprimento de créditos garantidos. Concretamente, do incumprimento de obrigações contratuais das empresas garantidas para com as instituições financeiras.

Para uma apropriada gestão do risco de garantia, e conforme aos padrões das boas práticas e regras do Banco do Cabo Verde, o Conselho da Administração deliberou que o apetite por risco deve ser superior ao risco do sistema financeiro, para apoiar o acesso ao financiamento. O apetite por risco, fica definido no plano de negócio e no plano das atividades e orçamento anual.

Como a Pró-Garante adota o modelo de carteira, o seu modelo de gestão de riscos define, como principais mitigadores nas suas políticas:

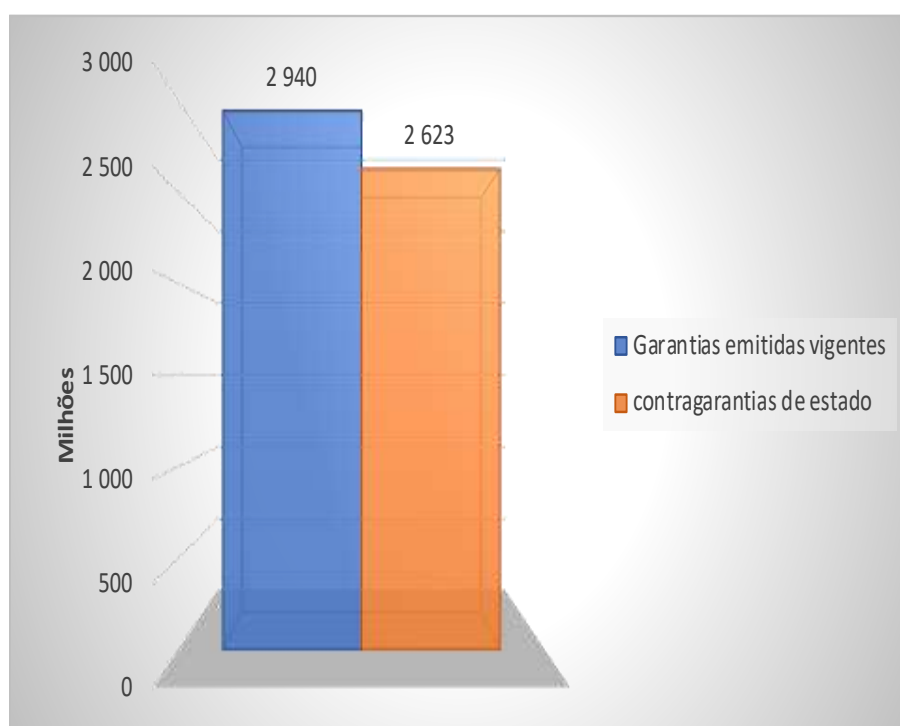
- Acompanhamento perto da carteira Garantida, mediante modelos internos de classificação dos créditos garantidos, baseados na Basileia II;
- Ferramentas de “*stop loss*” com as instituições financeiras, baseados em probabilidades de incumprimento calculadas pelos modelos de classificação internos. Atualmente, a política define que não devem de ser emitidas de novas garantias, às instituições financeiras com probabilidade de incumprimento maior a 20%.
- Modelos de transferência de riscos, estruturados como contragarantias. Atualmente, toda a carteira dos créditos garantidos para apoio a empresa, ao abrigo dos protocolos COVID-19, FME e Transferência das Garantias, concedidas sob protocolo de ecossistema, tem formalmente constituídas contragarantias do estado. Além disso, a Pró-Garante tem uma contragarantia líquida, constituída pelas Nações Unidas, para o programa “*Lavanta*”.

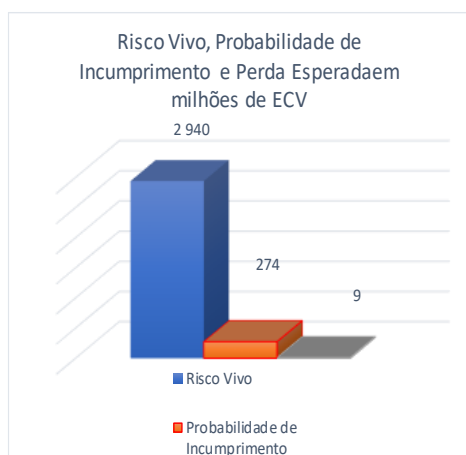
A estrutura de carteira de garantias e contragarantias, até final do ano 2021, produto da gestão de riscos da Pró-Garante, evidencia-se no mapa e gráfico a seguir¹⁰:

¹⁰ Ver o relatório da auditoria externa, na página sobre revelações da nota das provisões.

Garantias Emitidas Vigentes em ECV						Total Garantias Vigentes em ECV
Linha COVID-19		Tansitadas Ecosystema	Total	Contragarantia do estado para linhas COVID-19 e transitadas ecosystema	Protocolo Bilateral	
C-19	FME					
1 926 368 850	235 222 058	461 583 611	2 623 174 519	2 623 174 519	316 457 295	2 939 631 815

É possível observar que um 89,2% da totalidade da carteira garantida pela Pró-Garante está coberta por contragarantias do estado, que significa que a mesma percentagem da carteira tem risco soberano. Assim, conforme as regras prudenciais, tem associado um valor de recuperação igual a 1, e conforme Basileia II, perda esperada igual a zero.

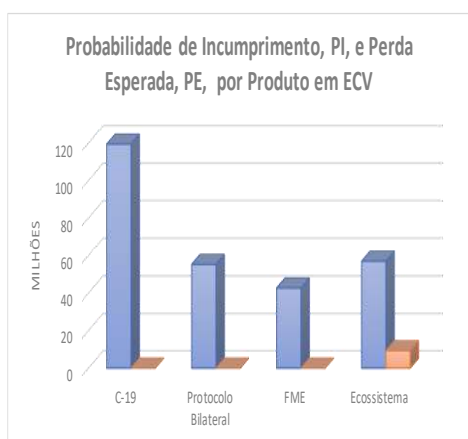
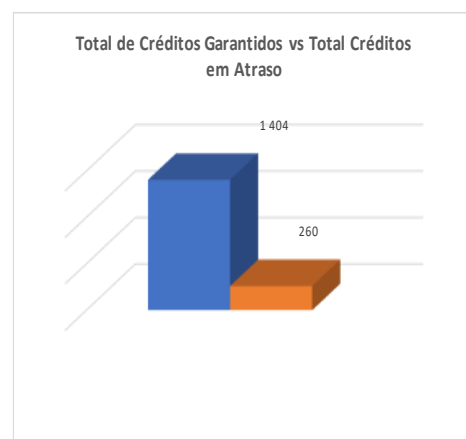




Os riscos da carteira estruturada pela Pró-Garante, conforme o modelo de contragarantias concebido e assinalado acima, explicam a diferença entre o risco de incumprimento da carteira¹¹, 274 milhões ou 9,3%, e a sua perda esperada, 9 milhões ou 0,3%, de acordo com o gráfico. Logo, como aproximadamente 90% da carteira garantida está coberta por contragarantias do estado, e a sua perda esperada é 0, (zero), o impacto positivo sobre a perda esperada total é elevado.

O risco de incumprimento está suportado pela liquidez e a perda esperada pelo capital ou património, que atingiram, 297.409.582 CVE e 1.040.767.123 ECV a 31 de dezembro de 2021, respetivamente¹².

De notar, no gráfico, que 18,5% dos créditos garantidos vigentes têm condição de atraso superior 1 dia. Quando comparamos esse valor com o risco de incumprimento, 9.3%, podemos concluir, de maneira clara, a influencia dos créditos garantidos para o setor das microempresas.



Quando observamos a PI, (Probabilidade de Incumprimento) e a PE, (Perda Esperada) por produto, vemos que os produtos COVID-19, Ecossistema e FME têm perda esperada zero, dadas as contragarantias de estado, mas o produto bilateral, que não tem contragarantias do estado, tem perda esperada, 2,9%.

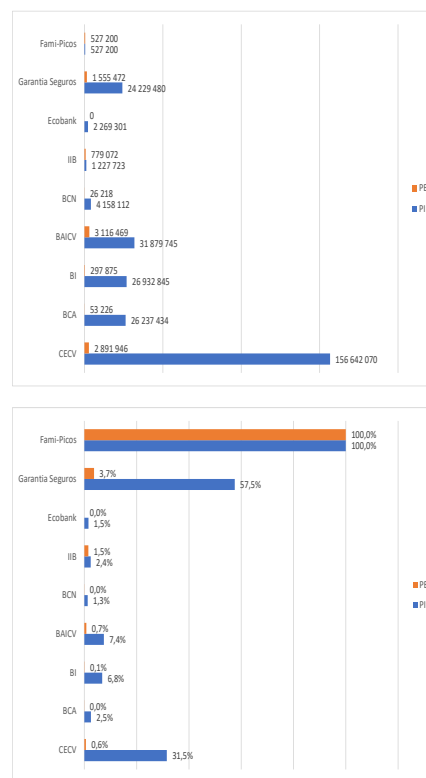
¹¹ O risco de incumprimento para a Pró-Garante corresponde ao risco de acionamento de uma garantia emitida. Os protocolos assinados pela Pró-Garante com as instituições financeiras estabelecem o direito de acionar uma garantia aos 90 dias de atraso de uma prestação (crédito em incumprimento). O modelo de classificação interno aplica valor 1 para o ponderador, quando um crédito está em incumprimento (atraso > 90 dias).

¹² Na assembleia geral, prevista para abril de 2022, a Pró-Garante vai realizar um aumento de capital.

Os gráficos da PI e a PE por instituição financeira, em montante e percentagem, mostram que o banco Caixa dispõe de uma PI superior às outras instituições financeiras, em montante, correspondendo a aproximadamente 44% das operações que o banco comunica mensalmente, ao abrigo da moratória, sem ter formalizado ainda a condição, conforme os procedimentos estabelecidos. Além disso, 35% corresponde à PI do programa FME, em que o banco Caixa só formaliza as operações avaliadas pela Pró-Empresa e garantidas pela Pró-Garante.

Podemos ver que nenhuma instituição financeira, no ano 2021, atingiu o “stop loss” das emissões de garantias¹³.

Por fim, podemos observar¹⁴ que todas as instituições financeiras, a exceção da Garantia Seguros e *Fami-Picos*, têm PI similares ou inferiores ao risco de crédito do sistema financeiro do Cabo Verde¹⁵.



Face ao exposto acima, há que fazer uma análise, e julgamento, de maneira cautelosa para evitar enviesamentos, porque as series temporais do comportamento dos créditos com garantia da Pró-Garante ainda são pequenas, uma parte da sua carteira, cerca de 25%, optou pela moratória, e finalmente, é preciso realizar tratamentos estatísticos avançados para eliminar os eventuais ruídos e distorções do comportamento.

Com tudo, o Conselho de Administração está a considerar o risco de garantia como baixo porque está estruturado em cerca de 90% com contragarantias de estado.

c) Risco Operacional (Tecnológico e Legal)

Para a PG o risco tecnológico e legal corresponde à possibilidade de incorrer em perdas, derivadas de falhas nos processos e/ou por omissões, enganos ou falhas na realização das atividades administrativas e operacionais por ações tomadas pelo pessoal e/ou pelas deficiências nos sistemas informáticos e tecnológicos, e/ou pelas deficiências dos contratos

¹³ A CECV tem um PI de 14,5% sem a formalização das operações em moratória e sem as operações do FME.

¹⁴ Idem nota 13

¹⁵ A Pró-Garante prevê que o risco do sistema estará situado entre 14% e 15%, no ano 2021

realizados, ou atos acometidos, que eventualmente signifiquem processos judiciais desfavoráveis e/ou, pelos eventuais acontecimentos inesperados relacionados com a infraestrutura operacional externa.

Durante o ano 2021, apenas dois eventos, ao abrigo da definição acima, foram reportados, ou registados, e analisados pelo CA em termos de incidentes, mas sem impacto financeiro.

De maneira mais específica, não se registou qualquer evento que pudesse afetar a continuidade da atividade.

Contudo, e posto que a maioria dos processos da empresa são manuais, embora exista segregação de funções, fluxogramas de processos e procedimentos em vigor, a Pró-Garante identifica aqui uma oportunidade significativa de melhoria nesta área.

De facto, a Pró-Garante deverá automatizar todos os seus processos (incluindo a gestão do risco de garantias) até ao final do ano de 2022, o que vai elevar o padrão dos atuais mitigadores do risco operacional inerentes à atividade da empresa.

Além disso, o plano definiu atividades de formação para todo o pessoal da empresa sobre questões de controlo interno e melhores práticas.

Por fim, o plano de atividade do ano de 2022 contempla a análise de todos os seus procedimentos operacionais, com vista fazer os ajustes necessários, à luz das lições aprendidas e de acordo as suas declarações e definições estratégicas.

d) Risco de liquidez

A Pró-Garante definiu, conforme aos padrões e regras nacionais e internacionais, como risco de liquidez, a possibilidade de ter perdas devido a ausência dos recursos para cumprir com as suas obrigações assumidas. Em concreto, o risco de perda por descompensações das posições ativas e passivas ou pela ausência de disponibilidades, ou capacidade para transformar um ativo em disponibilidades, conforme aos requerimentos dos passivos.

O principal passivo da Pró-Garante é o seu passivo contingente ou carteira garantida, e a empresa deve estar preparada para responder atempadamente, conforme estabelecido nos contratos com as instituições financeiras – quando uma garantia emitida para uma operação elegível é acionada.

De facto, a Pró-Garante, logo que for acionada uma garantia, deve pagar imediatamente, conforme o Contrato, tratando-se de operação garantida é elegível.

Como cerca de 90% da sua carteira está estruturada com contragarantias de estado, o seu risco de liquidez corresponde à diferença temporal do pagamento, adequado ao pagamento das contragarantias pela Direção Geral do tesouro.

O rácio, ativo líquido sobre risco vivo, é um bom indicador para verificar a robustez da Pró-Garante, quanto à liquidez, numa situação de stress dos pagamentos das contragarantias. O valor do rácio acima assinalado, mostra que é possível suportar até 53% dos créditos garantidos malparados, valor próximo dos 3,6 vezes do risco do sistema financeiro de Cabo Verde.

Em termos de monitorização, e como foi dito anteriormente sobre risco de garantia, a Pró-Garante dispõe de um modelo de classificação interna que mede o risco dos acionamentos das garantias emitidas, baseado no risco de incumprimento das operações de crédito garantidas. O risco de incumprimento deve de ser suportado pelos ativos financeiros mais líquidos.

Assim, o Conselho de Administração considera que o risco de liquidez é baixo.

e) Risco de Reputação

A Pró-Garante definiu como o seu risco técnico, a probabilidade de perda devido a degradação da imagem da entidade por incumprimento das leis, regulamentos, normas internas, códigos de governança e códigos de conduta, entre outros.

Um dos maiores riscos inerentes ao risco de reputação é de que as instituições financeiras percebam que, a Pró-Garante não tem nenhuma dificuldade, em assumir a sua principal responsabilidade, ou compromisso, de pagar as garantias acionadas.

Mas há que ter em conta que o compromisso com as instituições financeiras é:

“Pagar de imediato as garantias acionadas, de acordo ao estabelecido nos contratos, desde que a operação de crédito envolvida seja elegível”

O que significa necessariamente um exame de elegibilidade, para assegurar que as instituições disponham dos documentos que comprovam a elegibilidade e a serem

confirmados pela Pró-Garante, quanto à autenticidade, conformidade e a correta formalização do processo.

A experiência comprovada indica que o principal problema, reside em chegar-se a um consenso se uma operação é ou não elegível.

A Pró-Garante dispõe de um manual de operações e fichas técnicas onde se definem as condições de elegibilidade, os documentos necessários (as suas formalidades) e o procedimento para acionar uma garantia, para mitigar os riscos operacionais. Além disso, dispõe de um programa de reuniões técnicas com as instituições financeiras para a análise conjunta dos procedimentos.

Para os outros riscos inerentes, o Conselho de Administração realiza, de maneira periódica, eventos para reforçar os valores institucionais com todo o seu staff.

O Conselho de Administração classifica o risco como médio, porque ainda tem um baixo nível de acionamento de garantias¹⁶.

2.2. Análise Económica e Financeira

Em termos económicos e financeiros, a Pró-Garante registou em 2021 uma evolução positiva e robusta, como pode-se constatar no balanço, um aumento em 64% face o ano anterior, ou seja, de 990 milhões para 1,630 milhões.

O crescimento explica-se principalmente pelos fundos entregues pelo Ministério das Finanças, para aumento do capital do Estado na Pró-Garante, de 547 milhões de ECV. Acresce ainda que o lucro líquido após impostos dos três anos de vida da empresa, que atingiu 78,6 milhões, e que foram capitalizados ou constituídos como reserva legal.

A estrutura financeira apresenta uma liquidez satisfatória, pois a soma dos saldos nos bancos e ativos financeiros (constituídos exclusivamente por depósitos a prazo em bancos locais e obrigações do tesouro, portanto, altamente líquidos) ascendem a 1.592,4 milhões de ECV, ou seja, 97,7% do total dos ativos.

¹⁶ Apenas 4 garantias já foram acionadas, das quais duas já foram pagas, 1 está á espera de documentos legais para realizar o pagamento e outra ficou suspensa porque a instituição financeira informou que a operação acionada estava em processo de regularização

As provisões, 9.247.477 ECV, que correspondem à perda final da Pró-Garante sobre as garantias concedidas, são baixas em relação ao risco vivo e a PI, porque 90% dos saldos pendentes da cobertura concedida tem contragarantias do Estado. Na prática, isto significa que o capital da Pró-Garante é muito superior aos saldos pendentes de cobertura concedidos ao sistema financeiro cabo-verdiano, 176 vezes.

O que foi acima assinalado, demonstra que a Pro-Garante cumpre os mais elevados padrões nacionais e internacionais em termos de solvabilidade e de liquidez, para honrar a cobertura concedida, sendo de todo interesse da Pró-Garante manter-se em condições de honrar os seus compromissos, estruturando e gerindo o seu risco com grande prudência, refletidos nas demonstrações financeiras. Por outras palavras, as garantias da Pro-Garante podem ser definidas como garantias de "Classe Mundial".

Quanto a sua eficiência financeira, as demonstrações de resultados mostram um resultado positivo antes de impostos de 38.261.426 milhões, superior a 102% face ao resultado do ano de 2020.

O primeiro ponto interessante a destacar é o aumento das receitas operacionais em 137%, comparativamente a 2019, o que se explica tanto por um aumento significativo dos rendimentos gerados pelos investimentos financeiros como pelos rendimentos gerados pelas taxas cobradas sobre empréstimos garantidos.

Por outro lado, os custos operacionais cresceram 30,6% relativamente a 2019.

O aumento das receitas em 137%, e dos custos em 31%, mostra claramente o enfoque na produtividade, ou eficiência operacional da Pró-Garante, onde a produtividade marginal atingiu o valor de 4,2.

Vale a pena novamente evidenciar o sucesso da Pró-Garante em atingir o seu ponto de equilíbrio operacional em 1,4¹⁷, ou seja, um valor superior a 40%, que lhe permite utilizar o seu capital apenas para custos por risco¹⁸.

¹⁷ Especialmente que o cálculo deste indicador tenha em conta o custo da assistência técnica do Banco Mundial, mas não as receitas correspondentes ao projeto.

¹⁸ Um dos objetivos estratégicos propostos pela Pró-Garante.

Assim, o Conselho de Administração pode afirmar que os resultados financeiros obtidos em 2021 são satisfatórios e que foi alcançada uma estrutura económica com elevado grau de solvência e liquidez, o que permite oferecer ao mercado uma garantia da mais alta qualidade.

2.3. Aprendizagem/Oportunidades de Melhoria, Principais Desafios e Projeções Futuras

O ano 2022 vai continuar a ser um ano de incertezas. Não obstante o controlo da crise sanitária, elevado nível de vacinação atingido em Cabo Verde, vislumbram-se outros eventos que poderão ter algum impacto em Cabo Verde.

Primeiro, a crise geopolítica entre Ucrânia e Rússia, que está a afetar a Europa e os EUA, bem como alguns conflitos sociopolíticos na África Continental. Segundo, a elevada inflação que se verifica na maioria dos países do mundo, influenciada pelos problemas na cadeia de abastecimento que, aliado ao enorme esforço fiscal dos países para manter a procura, vai obrigar, com algum grau de certeza, a que os países apliquem políticas monetárias restritivas e, portanto, com grande probabilidade de afetar a retoma da economia. Finalmente, os défices fiscais derivados de programas sanitários e económicos para defrontar a crise COVID-19.

Todos os fatores acima indicados podem afetar negativamente e limitar a implementação das ferramentas que o Governo de Cabo Verde pretende utilizar para a retoma da economia.

Especificamente, para a Pró-Garante, as incertezas vão estar refletidas no nível de incumprimentos reais após o término das moratórias promovidas pelo sistema financeiro.

Assim, não sendo possível vislumbrar os efeitos e os impactos da crise C-19, nas empresas em 2022, a Pró Garante continuará a operar, nesse ambiente de incerteza económica, com critérios prudências elevados relativos à sua alavancagem e liquidez.

Por conseguinte, o plano de negócio para o ano 2022 da Pró-Garante, coerentemente, manterá alinhado às estratégias do Estado para continuar a enfrentar a crise e pós crise, sem descurar dos seus objetivos de consolidação, mantendo-se sempre alinhada com os desafios do desenvolvimento de Cabo Verde ao longo prazo.

Especificamente, a Pró-Garante, manterá determinadas ações direcionadas para a fase de emergência, ou de crise, para assegurar os fluxos financeiros para as empresas. De igual modo ira desenvolver e disponibilizar produtos para fazer face ao período pós crise, ou de reestruturação, com oferta de produtos de garantias para resolução de dívidas e, finalmente preparar-se para a fase da resiliência, com produtos alinhados com os objetivos do programa ***“Desafio 2030”***.

Por conseguinte, o principal objetivo para a Pró-Garante, para o ano 2022 consiste em:

“Ser uma ferramenta de apoio às empresas, face a crise e pós crise, alinhada com as ações do Governo de Cabo Verde, e prosseguir com a consolidação de seu modelo de negócios”

Os principais produtos vão continuar a ser direcionados para a retoma das atividades das empresas, visando manter o fluxo de financiamento da tesouraria e mobilizar financiamento para os seus investimentos.

Para o desenvolvimento dos seus objetivos, até o início do segundo semestre do ano 2022, a Pró-Garante irá realizar um aumento de capital equivalente a 500 milhões de escudos cabo-verdianos, o que significa que seu capital ira atingir cerca de 1.600 milhões de CVE.

Por fim, a Pró-Garante planeia continuar o processo de consolidação institucional, de seu modelo de negócio, prosseguindo com a digitalização de todos seus processos (incluído os processos de gestão integral de riscos), e construção da plataforma digital.

Planeia de igual modo, implementar outras experiências de contragarantias similares às realizadas com as Nações Unidas, visando maior alavancagem com uma apropriada proteção do seu capital, objetivo estratégico para a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Planeia, também, levar a cabo ações de consolidação do seu modelo de governação e do seu staff (outra variável chave para a sustentabilidade). A consolidação dos governos e do staff é considerado um objetivo essencial a ser assumido numa perspetiva de gestão de talentos.

III. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e os membros da Mesa da Assembleia da Pró-Garante, ao abrigo do disposto pela deliberação realizada no dia 7 de janeiro de 2020, de acordo com a vontade expressa do acionista Estado, devidamente representado pelo Sr. Vice-Ministro das Finanças, Dr. Olavo Correia, nos termos dispostos do n.º 1 do artigo 13.º da lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, alterado pela lei n.º 58/IX/2019, de 29 de junho, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais dos estatutos das empresas públicas, na qualidade de detentor de 100% do capital social da sociedade de Garantia Parcial de Créditos S.A.

Os órgãos sociais da Pró-Garante auferiram em remunerações ao longo do ano de 2021 a quantia de 25 413 845 CVE¹⁹.

IV. Honorários do Auditor Externo

O auditor externo da Pró-Garante, recebeu em honorários em 2021 a quantia de 843 000 CVE, pela auditoria que efetuou às contas do ano de 2020 da sociedade.

V. Descrição das operações com partes relacionadas

A sociedade em 2021 não apresenta nenhuma operação com partes relacionadas

VI. Proposta Aplicação de Resultados

Em relação aos resultados obtidos, lucro líquido de 34 662 593 CVE, o conselho de administração proporá à assembleia geral adicionar a reserva legal conforme ao estabelecido pela lei e capitalizar todo o lucro restante.

¹⁹ O valor tem incluído a consultoria internacional que está a prestar a assistência técnica do projeto do Banco Mundial, valor que foi inteiramente suportado pelo projeto assinalado. A assistência técnica foi renovada para o ano 2022, mas alguns custos da consultoria, especificamente em relação ao salário variável e outras regalias, serão absorvidos diretamente pela Pró-Garante conforme ao estabelecido nas regras aplicáveis ao setor público empresarial.

VII. Demonstrações Financeiras

O **Balanco** tem por finalidade apresentar a situação financeira da PRÓGARANTE, SA, e informações acerca dos recursos utilizados e a forma como estão a ser financiados.

Em 31 de dezembro de 2021 o Balanco apresenta:

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	297 409 582	23 309 343
Aplicações em instituições financeiras	3	480 000 000	905 548 000
Outros activos tangíveis	4	3 431 421	3 585 674
Outros activos intangíveis	4	371 299	280 000
Activos com acordo de recompra	5	748 269 498	-
Activos financeiros detidos para negociação	6	42 291 524	38 000 000
Ativos por imposto sobre o rendimento	7	3 274 774	60 894
Devedores e outras aplicações	8	19 283 298	5 868 115
Ativo por imposto corrente	7	1 819 368	1 560 437
Despesas com encargo diferido	9	67 823	64 948
Rendimentos a receber	10	24 534 098	12 626 048
Outros ativos	11	8 870 534	-
Total dos ativos		1 629 623 219	990 903 459
PASSIVO			
Passivo por imposto corrente		3 598 833	3 599 041
Credores e outros recursos		570 475 691	3 245 325
Provisões	12	9 247 477	1 601 405
Receitas com rendimento diferido		339 745	566 173
Outros passivos		966 465	-
Total de Passivo		584 628 211	9 011 944
CAPITAL			
Capital		966 413 798	966 413 798
Reserva legal e resultados transitados	13	15 477 717	53 669
Outros instrumentos de capital		28 440 900	-
Resultado líquido do exercício	14	34 662 593	15 424 048
Total de Capital		1 044 995 008	981 891 515
Total de passivo + capital próprio		1 629 623 219	990 903 459

A **DRN – Demonstrações dos Resultados por Natureza** tem por objetivo informar o desempenho económico da instituição em determinado período de tempo. Seus componentes são os rendimentos e os gastos.

Em 31 de dezembro de 2021 a DRN apresenta:

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Juros e rendimentos similares	15	36 328 083	20 439 820
Juros e encargos similares		(1 430 508)	-
Margem Financeira		34 897 575	20 439 820
Outras comissões recebidas	16	29 228 007	6 611 286
Outros rendimentos e receitas operacionais	17	27 164 569	28 074 367
Outros encargos		-	(244 386)
Produto Bancário		91 290 151	54 881 087
Gastos com pessoal	18	(8 175 120)	(2 096 659)
Gastos gerais administrativos	19	(36 208 712)	(31 898 138)
Outros gastos		(1 800)	-
Amortizações do exercício	4	(997 021)	(335 434)
Provisões líquidas de Reposição e Anulações	12	(8 090 173)	(1 601 405)
Reposições e anulações de provisões		444 101	
Resultado antes de Impostos		38 261 426	18 949 451
Impostos			
Correntes	12	(3 598 833)	(3 525 403)
Diferidos		-	-
Resultado Líquido	14	34 662 593	15 424 048

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC relata os fluxos de caixa do período em análise, permitindo determinar o impacto das atividades operacionais de financiamento e de investimento na posição financeira da entidade.

A DFC da PRÓGARANTE no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2		
Recebimentos de clientes		20 899 959	3 812 277
Pagamentos a fornecedores		(5 175 423)	(4 628 573)
Pagamentos ao pessoal		(2 355 698)	(3 338 401)
Caixa gerada pelas operações		13 368 838	11 779 251
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6 403 443)	(310 555)
Outros recebimentos/pagamentos		304 746 754	(438 465 509)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		311 712 149	(426 996 813)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2		
Pagamentos respeitantes a:			
Outros Ativos tangíveis		(27 884)	(2 622 967)
Activos intangíveis		-	-
Investimento financeiro		(510 000 000)	(38 000 000)
Recebimentos provenientes de:			
Outros Ativos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimento financeiro		330 388 900	
Juros e rendimentos similares		14 611 013	7 802 185
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(165 027 971)	(32 820 782)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2		
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital		380 970 963	478 785 113
Recursos de outras instituições financeiras		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(3 554 902)	(21 944)
Dividendos		(250 000 000)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		127 416 061	478 807 057
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		274 100 239	18 989 462
Caixa e seus equivalentes no início do período		23 309 343	4 319 881
Caixa e seus equivalentes no fim do período		297 409 582	23 309 343

Demonstração de Alteração no Capital Próprio (DACP)

DESCRIÇÃO	Notas		Capital realizado	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2021	13	1	966 413 798	53 669	15 424 048	-	981 891 515	981 891 515
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período			-		-	34 662 593	34 662 593	34 662 593
Ajustamentos por impostos diferidos			-		-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			28 440 900		-		28 440 900	28 440 900
RESULTADO EXTENSIVO		2	28 440 900		-	34 662 593	63 103 493	63 103 493
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital			-		-	-	-	-
Distribuição Dividendo			-	-		-	-	-
Outras operações com detentores de capital			-		-	-	-	-
		3	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								
Prestações suplementares			-		-	-	-	-
Reservas legais			-		-	-	-	-
Outras reservas			-		-	-	-	-
		4	-		-	-	-	-
POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO 31-12-2021	13	1 + 2 + 3 + 4	994 854 698	53 669	15 424 048	34 662 593	1 044 995 008	1 044 995 008

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da PRÓGARANTE foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, de acordo com o Sistema contabilísticos do Plano de contas do sistema bancário cabo-verdiano e outras legislações complementares ao sector, estabelecidos pelo Banco de Cabo verde no âmbito da sua competência.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

c) Especialização de exercícios

A PRÓGARANTE regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício ou dos acréscimos, segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos / registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, ou seja, quando obtidos ou incorridos e distribuídos por período mensais, segundo a regra “*pro rata temporis*”, quando se trata de operações que produzam fluxos dos réditos ao longo de um período de tempo superior a um mês.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis há mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela

sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões', havendo, são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) *Derrogação das disposições do SNCRF*

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam, estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNCRF.

NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

1.1. *Conversão de saldos e transações em moeda estrangeiras*

As Demonstrações Financeiras da PRÓGARANTE são apresentadas em Escudos de Cabo Verde (CVE), sendo esta moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras são convertidos em CVE, ao câmbio médio do Banco no último dia útil decada mês.

Os ganhos ou perdas cambiais, resultantes das transações em moedas estrangeiras, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de

balanço, dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial que é reavaliada diariamente com base no câmbio “fixing” do dia, na demonstração dos resultados na rubrica “Resultado de reavaliação cambial” se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais” para todos os outros saldos/transações.

1.1. Outros ativos fixos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
Equipamento:		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5	6-5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo modelo do custo, com imputação duodecimal, utilizando o método de linha reta para mensuração das depreciações.

Os terrenos não são objeto de amortização.

1.2. Outros Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento, preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades PRÓGARANTE.

Os outros ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática, ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gastos do exercício em que são incorridas.

1.3. Caixa e disponibilidades

Esta rubrica inclui caixa, disponibilidades, e depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

1.4. Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a PRÓGARANTE esteve sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22% e taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registrados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registrados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos indeferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registrados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registrados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

1.5. Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a que a possibilidade da sua concretização seja remota.

1.6. Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

NOTA 2 – Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito

A rubrica “Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito”, em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

Disponibilidade em outras instituições de crédito		
Depósitos à Ordem	2021	2020
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	28 501 558	655 454
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	159 151	17 732 904
International Investment Bank (IIB)	1 301 371	631 804
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	255 104 692	1 068 607
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	11 016 089	1 240 026
Ecobank	1 089 353	1 430 049
Banco interatlântico (BI)	237 368	550 499
	297 409 582	23 309 343

NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

Aplicações em instituições financeiras	2021	2020
Depósitos		
A prazo		
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	-	-
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	160 000 000	300 548 000
International Investment Bank (IIB)	160 000 000	160 000 000
A muito curto prazo		
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	-	-
International Investment Bank (IIB)	160 000 000	320 000 000
Ecobank	-	125 000 000
	480 000 000	905 548 000

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica Aplicações em Instituições Financeiras no País - Depósito a Prazo, corresponde ao investimento

efetuado nos seguintes montantes:

No.	BANCO	VALOR DA APLICAÇÃO	DATA DE CONSTITUIÇÃO	PRAZO	JURO	DATA DA VENCIMENTO
1	BAI	160 000 000	11/11/2020	1080	3,00%	27/10/2023
1	IIB	160 000 000	20/04/2021	730	3,00%	20/04/2023
1	IIB	160 000 000	20/05/2021	730	3,00%	20/05/2023
TOTALS		480 000 000				

Em 2021 foram efetuadas aplicações apenas no IIB, no montante apresentado acima.

Tendo vencido as aplicações a prazo no IIB e no ECOBANK, em março de 2021 foi negociado o vencimento antecipado da aplicação do BAI e o mesmo montante reaplicado a uma taxa de juros de 3% a.a, com vencimento a 740 dias.

NOTA 4 – Outros ativos tangíveis e intangíveis

A rubrica “Outros ativos tangíveis e intangíveis” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

	2021			
	Aquisições	Imparidade e amortização dos anos anteriores	Imparidade e amortização do Exercícios	Valor líquido em 31/12/2021
Outros Ativos Tangíveis				
Equipamentos				
Equipamentos administrativo	2 001 092	560 715	372 948	1 440 377
Equipamento de transmissão	119 600	98 239	46 155	21 361
Viatura	2 580 000	645 000	516 000	1 935 000
Outros ativos fixos tangíveis	63 184	28 501	61 918	34 683
	4 700 692	1 332 455	997 021	3 431 421

	2021			
	Aquisições	Imparidade e amortização dos anos anteriores	Imparidade e amortização do Exercícios	Valor líquido em 31/12/2021
Ativos Intangíveis em curso				
Outros ativos intangíveis				
Plataforma - Base de dados	280 000	-	-	280 000
Plataforma - Web	91 299			91 299
	371 299	-	-	371 299

Em 2021 foram adquiridos novos mobiliários de escritório e outros ativos tangíveis e intangíveis.

NOTA 5 – Ativos com acordo de recompra

A rubrica “Ativos com acordo de recompra” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

Ativos com acordo de recompra	2021	2020
Ativos com acordo de recompra		
Títulos	748 269 498	-
	748 269 498	-

A PRÓGARANTE celebrou em junho de 2021 um contrato de venda com acordo de recompra (transmissão de obrigações de tesouro) com o banco IIB, operação denominada REPO (*Repurchase Agreement*).

Alienou as obrigações de tesouro à data da venda, transferindo-as para o banco IIB. Sendo que na data da recompra, conforme estabelecido no

contrato, o Banco revende à PRÓGARANTE pelo preço da recompra, conforme apresentado a seguir:

Tipo	Banco	Montante	Data Constituição	Prazo	Data Vencimento
Repo	IIB	140 000 000	09/06/2021	730	09/06/2023
Repo	IIB	250 000 000	25/06/2021	1 162	30/08/2024
Repo	IIB	100 000 000	25/06/2021	1 162	30/08/2024
Repo	IIB	150 000 000	25/06/2021	1 162	30/08/2024
Repo	IIB	100 000 000	25/06/2021	1 162	30/08/2024
TOTAL		740 000 000			

A aplicação das obrigações REPO foi no montante de 740.000.000 CVE, entretanto o banco tem efetuado movimento relativos aos juros das aplicações na conta totalizando até a data o montante de 8.269.498 CVE.

NOTA 6 – Investimento detido a maturidade

A rubrica “Investimento detido a maturidade” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

<i>Investimento detido até à maturidade</i>	2021	2020
Instrumentos de dívida pública		
Títulos de tesouro	42 291 524	38 000 000
	42 291 524	38 000 000

Em agosto de 2020, foi efetuada no BCN a aplicação em Títulos do Tesouro no montante de 38.000.000 CVE, a taxa de juro de 2,88%, com maturidade de 731 dias e vencimento a 11/08/2022.

Em fevereiro de 2021 foram adquiridos títulos de dívida pública no montante de 140.000.000 CVE, acrescido dos juros corridos (6.382.266 CVE). Em junho tais títulos foram convertidos em contrato REPO (acordo de recompra), e os juros reconhecidos pelo custo amortizado.

NOTA 7 – Ativo e passivo por imposto corrente

Em 31 de Dezembro de 2021, a PRÓGARANTE está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22%, e 2% taxa de incêndio sobre IRPC Corrente/Estimado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Ativo por imposto corrente	2021	2020
Retenção na fonte	3 274 774	60 894
Pagamento fraccionado Exercício 2021	1 819 368	1 560 437
	5 094 142	1 621 331
Passivo por imposto corrente		
IRPC	3 598 833	3 599 041
	3 598 833	3 599 041

O valor do ativo por imposto corrente compreende o valor das retenções na fonte relativo as retenções de 20% sobre os rendimentos obtidos das aplicações a prazo, e do pagamento fracionado de 2021 que será deduzido no cálculo do imposto.

O valor referente aos passivos por impostos correntes compreende o cálculo do imposto do exercício de 2021. O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22%.

NOTA 8 – Devedores e outras aplicações

A rubrica “Devedores e outras aplicações” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

Devedores e outras aplicações	2021	2020
Devedores diversos	19 283 298	5 868 115
	19 283 298	5 868 115

Esta rubrica apresenta a conta devedores diversos que contempla o serviço

da auditoria no montante de 1.269.500 CVE, consultoria do banco mundial no montante de 10.003.215 CVE, e outros devedores no valor de 5.177.816 CVE que inclui renda do edifício BAI CV, remuneração do pessoal e outros custos com pessoal e as comissões das garantias prestadas por receber no valor de 2.832.767 CVE.

NOTA 9 – Despesas com encargo diferido

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas com encargo diferido	2021	2020
Encargos diferidos	67 823	64 948
	67 823	64 948

NOTA 10 – Rendimentos a receber

A rubrica “Rendimentos a receber” em 31 de dezembro de 2021, apresenta a seguinte composição:

Rendimentos a receber	2 021	2 020
Juros de aplicações em instituições financeiras		
Depósitos à prazo		
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	-	999 163
Banco Angolano de Investimento (BAI)	5 582 045	1 448 300
International Investment Bank (IIB)	8 976 167	9 717 417
Ecobank	-	35 745
Obrigações	1 516 833	425 423
Título de Tesouro	8 459 053	-
	24 534 098	12 626 048

NOTA 11 – Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros ativos	2021	2020
Outros ativos	8 870 534	-
	8 870 534	-

Esta rubrica apresenta acréscimos referente as comissões das garantias e ecossistema, por um montante de 8.870.534 CVE

NOTA 12 – Outros passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

		2021	2020
Credores e outros recursos	(1)	570 475 691	3 245 325
Passivos por impostos correntes	(2)	3 598 833	3 599 041
Provisões	(3)	9 247 477	1 601 405
Receitas com rendimento diferido	(4)	339 745	566 173
Outros passivos	(5)	966 465	-
		584 628 211	9 011 944

- (1) O valor de 570.475.691 CVE corresponde ao total das contas 51 – credores e outros recursos que compreende o subsídio do Banco mundial para aumento de capital, a avença respeitante ao serviço de contabilidade, rendas do escritório, honorários da assistência técnica do banco mundial, salário do pessoal pago por conta do UGPE e 5179 – Credores por acréscimos de gastos. Correspondem a montantes respeitantes ao exercício de 2021, mas que só serão pagos em 2022

Credores e outros recursos	Montantes
Projeto Banco Mundial	547 802 845
BTOC Consulting, Lda	202 400
BAI CENTER - Sociedade Unipessoal S.A	875 870
Consultoria Banco Mundial	14 771 039
Remuneração do Pessoal	+891914
Credores por acréscimo de gastos	7 324 500
Retenção IRPS e Desconto INPS	39 308
Outros fornecedores	351 643
	570 475 691

- (2) O valor de 3.598.833 CVE respeita aos impostos correntes (IRPC) a serem pagos em 2022, calculados sobre os resultados. A taxa aplicada é de 22% sobre o lucro tributável, acrescido duma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado.
- (3) O montante 9.247.477 CVE corresponde ao valor calculado de riscos sobre garantias concedidas (conta 474005). As provisões correspondem aos valores da perda esperada do saldo vivo da carteira.
- (4) O montante de 339.745 CVE diz respeito a rendimentos a ser reconhecidos durante a vida útil de ativos fixos tangíveis, adquiridos com subsídio do Banco Mundial.

- (5) O valor de 966.465 se refere as comissões do ecossistema ainda não faturados.

O cálculo das provisões, pela carteira garantida, esta baseada num modelo de classificação interna da Pró-Garante.

O Modelo de Classificação Interna para a Gestão de Risco da Pró-Garante está baseada no estabelecido pela Basileia II, em que:

$$PE = P(I) * (1-P(R))$$

Sendo:

PE : Perda Esperada do crédito garantido

P(I) : Probabilidade de Incumprimento do crédito garantido

P(R) : Probabilidade de Recuperação do crédito garantido

A P(I) de cada crédito garantido é calculada de acordo com a tabela de classificações a seguir:

Regular	Atraso			
	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias
1%	25%	50%	90%	100%

A probabilidade de recuperação, P(R), é considerada 1 quando existem contragarantias de Estado, ou algum fundo líquido na conta da PG, e é considerada 0 para qualquer outra contragarantia real ou pessoal.

Assim, o cálculo da provisão de um crédito garantido, P, é:

$$P_{\text{crédito}} = (\text{Saldo Vivo})_{\text{crédito}} * PE_{\text{crédito}}$$

Por fim, a provisão total da carteira corresponde à soma das provisões dos créditos garantidos.

$$\text{Provisão Total} = \sum P_{\text{crédito}}$$

No mapa a seguir mostra-se, por instituição financeira, a sua carteira total, carteira constituída pelas garantias emitidas pela Pró-Garante com os seus diferentes produtos (COVID-19, FME, Ecosistema e Bilateral), número de operações em atraso, probabilidade de incumprimento e perda esperada (calculadas conforme ao modelo de classificação acima indicado.)

Detalhe de Probabilidade de Incumprimento e Perda Esperada por Instituição Financeira					
Instituições Financeiras	Nº de Operações	Saldo Vivo	Nº de Operações em atraso	Probabilidade de Incumprimento	Perda Esperada
CECV	625	496 806 783	215	156 642 070	2 891 946
BCA	504	1 051 123 605	14	26 237 434	53 226
BI	101	396 248 452	5	5 711 502	297 875
BAICV	90	429 119 855	4	31 879 745	3 116 469
BCN	50	324 839 339	2	4 158 112	26 218
IIB	14	51 266 911	1	1 227 723	779 072
Ecobank	15	147 574 882	1	2 269 301	0
Garantia Seguros	4	42 124 789	1	24 229 480	1 555 472
Fami-Picos	1	527 200	1	474 480	474 480
	1 404	2 939 631 815	244	252 829 847	9 194 758

Garantias Emitidas Vigentes					Total Garantias Vigentes
Linha COVID-19		Tansitadas Ecosistema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	
C-19	FME				
CVE	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
1 926 368 850	235 222 058	461 583 611	2 623 174 519	316 457 295	2 939 631 815

NOTA 13 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2021 o capital da PRÓGARANTE estava representado, conforme apresentado abaixo:

Capital	2021	2020
Capital	966 413 798	966 413 798
Reserva legal e resultados transitados	15 477 717	53 669
Outros instrumentos de capital	28 440 900	-
Resultado Líquido do Exercício	34 662 593	15 424 048
	1 044 995 008	981 891 515

O capital inicial da PRÓGARANTE é de 1.000.000.000 CVE (mil milhões de escudos Cabo-Verdianos) dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações, com valor nominalde 1.000 (mil escudos) cada. Encontra-se integralmente subscrito e realizado parcialmente em dinheiro pelo detentor de todas as ações (Estado) mantendo-se,a tempo todo, como seu maior acionista.

Em novembro de 2021 a PRÓGARANTE recebeu um fundo contra garantia para o programa Lavanta no montante de 28.440.900 CVE, que é um fundo financiado pelo mecanismo de Financiamento Rápido RFF do PNUD no âmbito do INFF (Integrated National Finance Framework) que tem como objetivo proporcionar alavancagem de financiamento, junto da banca comercial, de projetos inovadores liderados por jovens e mulheres

NOTA 14 –Resultado líquido do exercício

Em 31 de Dezembro de 2021, as rubricas de resultado líquido do exercício tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Resultado Líquido do exercício	34 662 593	15 424 048
	34 662 593	15 424 048

Após balanço dos custos e rendimentos, obteve-se o resultado antes do imposto, efetuados os acréscimos e deduções, apurou-se o resultado líquido do exercício.

O resultado líquido apurado no exercício de 2021 foi de 34.662.593 CVE, apresentando relativamente ao período homólogo um acréscimo de 14.631.481 CVE (+125%)

NOTA 15 – Juros e rendimentos Similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares	36 328 083	20 439 820
	36 328 083	20 439 820

Em 31 de dezembro de 2021 os valores apresentados na rubrica de jurose rendimentos similares representam os juros relativos as aplicações efetuadas em instituições de créditos no país, beneficiando de taxas mais atrativas, registando um aumento em termos absoluto de 15.888.263 (78%).

NOTA 16 – Outras comissões recebidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outras comissões recebidas	2021	2020
Por garantias		
Garantias	29 228 007	6 611 286
	29 228 007	6 611 286

As comissões calculadas numa base anual, consideram-se devidas imediatamente após a prestação do serviço de garantia parcial. Como tal, o reconhecimento do rédito é feito na íntegra após a prestação do serviço, no período contabilístico correspondente.

NOTA 17 – Outros rendimentos e receitas operacionais

A rubrica de outros rendimentos e receitas operacionais apresenta em detalhe o seguinte:

Outros rendimentos e receitas operacionais	2021	2020
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Subsídio do Banco Mundial	27 160 431	26 946 168
Outros proveitos	-	1 999
Correções relativas a períodos anteriores	4 138	1 126 200
	27 164 569	28 074 367

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Subsídio do Banco mundial” reflete os valores dos custos suportados pela PRÓGARANTE com rendas, honorários da Assistência Técnica do Banco Mundial, remuneração do pessoal (Responsáveis financeiro, comercial e de risco) imputados a UGPE (Unidade de gestão de projetos especiais) financiado pelo projeto do banco mundial “**Access to Finance for MSMEs Project (P163015)**”.

NOTA 18 – Gastos com pessoal

A tabela abaixo apresenta os gastos com os órgãos de gestão da PRÓGARANTE:

Gastos com pessoal	2021	2020
Remunerações dos órgãos de Gestão e de Fiscalização		
Salários dos administradores	8 175 120	2 096 659
	8 175 120	2 096 659

Os gastos com pessoal referem-se aos gastos com remunerações dos membros do conselho da administração da PRÓGARANTE e das componentes variáveis a que tem direito, segundo a classificação das remunerações das empresas do sector público empresarial (nos termos do nº 7 do artigo 27º do Decreto-lei nº 6/2010 de março).

NOTA 19 – Gastos gerais administrativos

A rubrica de gastos gerais administrativos apresenta em detalhe o seguinte:

Gastos gerais administrativos	2021	2020
Água, energia e combustíveis	716 132	516 868
Impressos e material de consumo corrente	84 050	136 026
Material de higiene e limpeza	115 586	33 364
Equipamento de baixo valor	51 900	-
Outros fornecimento de terceiros	53 871	60 367
Renda de escritório	2 480 736	2 582 736
Aluguer de estacionamento privado	46 122	46 076
Comunicação e despesas de expediente	3 033 804	108 718
Conservação e reparação	11 483	-
Deslocação e estadas e representação	1 107 391	109 654
Publicidade	408 853	27 501
Serviço de Consultoria	24 453 267	23 029 494
Serviço de Contabilidade	1 209 800	1 507 900
Serviço de Auditoria	843 000	843 000
Serviço de Assessoria	48 300	295 000
Serviço de Assessoria Jurídica	776 472	590 589
Assessoria em comunicação	120 750	-
Serviço de informática	70 845	-
Outros	329 812	705 886
Serviço de contencioso e notariado	400	23 004
Seguros	80 520	21 248
Outros serviços especializados	45 939	335 623
Correções dos anos anteriores	119 679	925 084
	36 208 712	31 898 138

Quanto aos gastos gerais administrativos apresenta em 31 de dezembro de 2021 um valor de 36.208.712 CVE, registando um aumento de 14%, comparado com o ano de 2020, que apresentava um saldo de 31.898.138 CVE, devido ao aumento nas rubricas de água, energia e combustíveis, material de escritório, material de higiene e limpeza, serviço consultoria e assessoria jurídica, com destaque na rubrica de comunicação e despesas de expediente no total de 3.033.804 CVE que contempla as despesas com comissão, imposto de selo, despesas relacionadas com descoberto bancário no valor de 2.852.868 CVE e despesas de comunicação (inclui despesas com telefone, telemóvel e internet), no valor de 180.936 CVE.

NOTA 20 – Eventos subsequentes

O estatuto da PROGARANTE deverá sofrer alteração devido algumas medidas relacionadas com o “programa de apoio a retoma pós covid19” do Governo de Cabo Verde. Além disso a Pro-Garante tem previsto efetuar um aumento de Capital social. A Assembleia Geral onde serão homologados os eventos acima assinalados, entre outros, está prevista para o mês de abril.

VIII. RELATORIO DE AUDITOR EXTERNO